



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 AGO. 2011

1º secretário

PROJETO DE LEI 665/2011.

SUMULA: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Ministro Carlos Ayres Britto.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Carlos Ayres Britto.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, conforme estabelece a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em seu Artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 17 de agosto de 2011.


FABIO CAMARGO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, ou apenas, Carlos Ayres Britto, Sergipano, bacharel em Direito, Dr. Honoris Causa da Universidade Federal de Sergipe, Membro da Academia Brasileira da Letras Jurídicas, Professor de Direito Constitucional entre outros, nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em junho de 2003, vem, desde então, emprestando sua sabedoria em benefício do povo brasileiro.

Presidiu o Tribunal Superior Eleitoral no período 2008/10, período em que prestou relevantes serviços em apoio ao Tribunal Regional Eleitoral, presidido à época pelo Des. Telmo Cherem e, por extensão, ao povo de nosso Estado.

Nada mais justo que nós paranaenses prestemos esta homenagem a este cidadão do Brasil.

16:00 22/08/2011 006541 007 RESSALVA LEGISLATIVA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 665/2011

Projeto de Lei nº 665/2011

Autor: Deputado Estadual Fábio Camargo

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Fábio Camargo, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Carlos Ayres Britto.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

Além disso, com o objetivo de sanar o vício apresentado no artigo 2º do Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

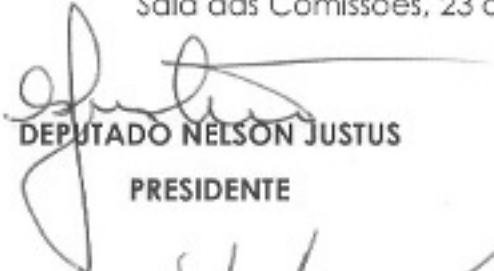


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

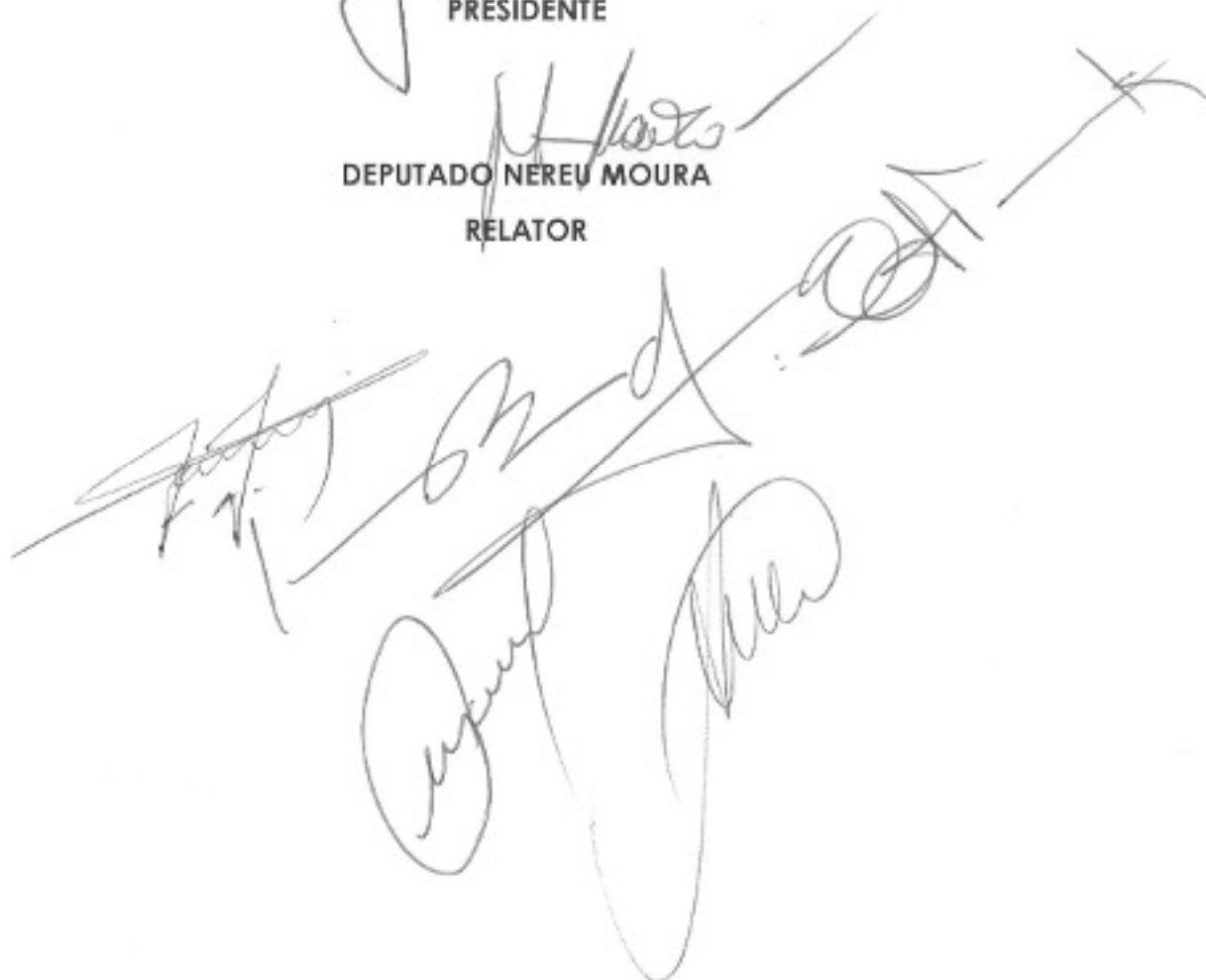
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 665/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 2º do Projeto de Lei nº 665/11 a contar com a seguinte redação:

Art.2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR





LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 ABR. 2011


1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 344/11

Institui no âmbito do Estado do Paraná, o ano do Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Paraná decreta:

Art. 1º – Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o ano do Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil, a ser celebrado em 2012, permitindo a realização de programações que realcem a passagem deste sexagenário.

Art. 2º Considera-se o Distrito de Entre Rios - Município de Guarapuava, cidade berço da Imigração e Colonização Suábica no Estado do Paraná

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2011


CÉSAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal reconhece a pluralidade de povos como sendo base da nacionalidade brasileira, com fulcro no art. 12 da Magna Carta¹. Desta forma o Brasil se constitui de representantes de inúmeras nacionalidades que aqui constroem sua nova vida, fora do país de origem, baseado no espírito de paz e justiça social.

Esta situação não foi diferente com a comunidade suábica, atualmente conhecida como germânica ou alemã. A vinda dos suábios para o Brasil se deu após a segunda Guerra Mundial com o auxílio de um projeto da organização humanitária chamado: "Ajuda Suíça a Europa". Após a grande guerra os suábios se instalaram primeiramente na Europa as margens do rio Danúbio, mais tarde sendo designados de suábios do Danúbio, e depois partiram rumo a outros países, tais como Argentina, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Neste período, julho de 1951, houve o êxodo de aproximadamente 500 famílias, para a região centro-oeste do Estado do Paraná, mais precisamente Guarapuava, no distrito de Entre Rios. Lá construíram suas casas com a base de subsistência na então recém criada Cooperativa Agrária Agroindustrial, que hoje detém a maior renda per capita de cooperados do Brasil, conforme parâmetro do ano de 2009: 544 cooperados para um faturamento bruto de 1,1 bilhões de reais. Também pode-se citar aqui a Agromalte, controlada pela cooperativa agrária, responsável por 16% da produção nacional de malte de cevada, sendo considerada a maior maltaria da América Latina.

¹ Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- c) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

§ 1º - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos nesta Constituição.

§ 2º - A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Assim, aproxima-se a comemoração dos 60 anos da vinda dos suábios do Danúbio ao Brasil, onde se espera retribuir com o reconhecimento de todos os brasileiros o importante legado das comunidades germânicas em nosso solo.

Pelos motivos expostos, apresento o presente Projeto de lei face à relevância da Matéria, contando com a aprovação do presente pelos nobres pares.

Sala de sessões, em , de 2011.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/11

Projeto de Lei nº 344/11
Autor: Deputado César Silvestre Filho

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei objetiva inserir o Ano de Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil a ser celebrado em 2012.

EMBASAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão veja,os:

Art. 24. Scaput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/11

Projeto de Lei nº 344/11
Autor: Deputado César Silvestre Filho

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei objetiva inserir o Ano de Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil a ser celebrado em 2012.

EMBASAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão veja,os:

Art. 24. Scaput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

IX – educação, cultura, ensino e desporto.
(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A Constituição Estadual dispõe e, seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estipulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estipulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Salienta-se que o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governo, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição. Em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Diante do todo exposto, o presente projeto de lei encontra-se em consonância com os ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

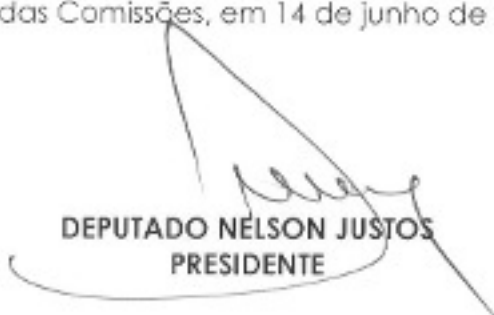


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, por estar presente todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.





Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE



DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Saíete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/11

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Cezar Silvestre Filho propôs o Projeto de Lei nº 344/2011 com o intuito de instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o ano sexagenário da imigração e colonização suábica no Brasil, elegendo o Distrito de Entre Rios – Município de Guarapuava como a cidade berço da mencionada imigração.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Evandro Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de vício constitucional de ordem formal e/ou material.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, já em seu preâmbulo, estabeleceu como valores supremos de nossa sociedade a fraternidade e o pluralismo. Tais características devem ser interpretadas de maneira ampla, de modo a concretizar o verdadeiro espírito do constituinte brasileiro de 1988: o multiculturalismo, com a conseqüente valorização das manifestações das diversas culturas no território nacional.

Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

[Assinatura manuscrita]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.


Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aqueles que fazem parte do processo civilizatório brasileiro, recheado de miscigenação, decorrência direta dos inúmeros povos que procuraram o Estado brasileiro como sua Nação.

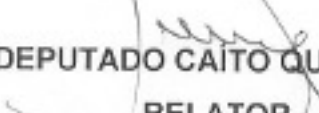
Estado, tal como disposto na Constituição, deve ser entendido como todas as esferas governamentais, cabendo, também, aos Estados membros, como é o caso do Paraná, o apoio às manifestações culturais.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental para tornar a sociedade brasileira solidária com os demais povos que tanto contribuíram com o nosso país e Estado.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR






Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 344/2011

Projeto de Lei nº. 344/2011

Autor: Deputado Cesar Silvestri Filho

Súmula: Institui no âmbito do Estado do Paraná, o ano do Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Cesar Silvestri Filho, tem por objetivo instituir o ano do Sexagenário da Imigração e Colonização Suábica no Brasil, a ser celebrado em 2012, considerando o Distrito de Entre Rios, no Município de Guarapuava, a cidade berço de tal imigração.

A Suábica é uma região da Alemanha, situada no Estado da Baviera, e o projeto em análise tem o escopo de homenagear os colonizadores e imigrantes de lá derivados.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e da Comissão de Cultura, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.


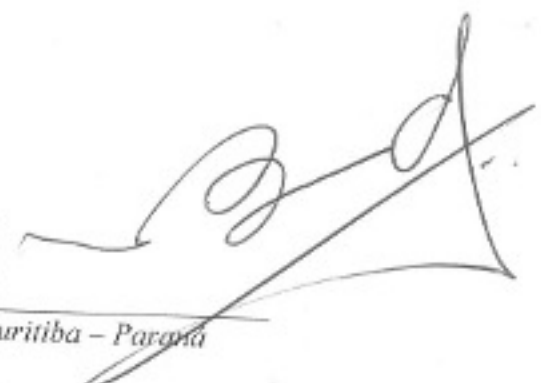
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


DEPUTADO ANÍBEL NETO
Presidente

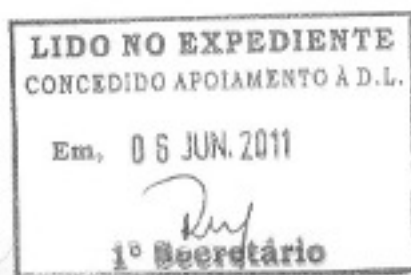

DEPUTADO NEY LEPREVOST
Relator



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

PROJETO DE LEI Nº 477/2011



Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania – AMAVE, com sede no Município de Ventania e foro no Município de Tibagi.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania – AMAVE, com sede no Município de Ventania e foro no Município de Tibagi.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2011

PEDRO LUPION
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores e Amigos de Ventania – AMAVE, é uma associação de caráter filantrópico, de assistencialismo social, sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípuas: congregar todos os moradores e amigos da comunidade para melhorar a qualidade de vida de todos, através da promoção e desenvolvimento de ações comunitárias; defender políticas públicas de interesse comunitário e direitos dos cidadãos; promover atividades sociais, educacionais, culturais, desportivas, ambientais.

Visando a preservação e conservação do meio ambiente, a Associação tem promovido intercâmbio com diversas instituições, através da elaboração e execução de projetos ambientais, pensando no desenvolvimento sustentável com objetivo de colaborar com projetos socioambientais.

Ventania será a primeira cidade do Paraná a implantar a metodologia das redes de desenvolvimento local e envolver todos os seus moradores no debate na busca por melhorias. Pessoas conectadas agindo por um objetivo comum.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos de Ventania – AMAVE do Município de Ventania.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 477/2011

Projeto de Lei nº. 477/2011

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Moradores e Amigos de Ventania - Amave**, com sede e foro no Município de Tibagi.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Moradores e Amigos de Ventania - Amave**, com sede e foro no Município de Tibagi.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

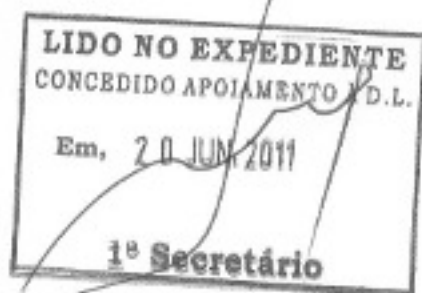


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei 510 2011



Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, no Município de Londrina – Estado do Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, com sede e foro no Município de Londrina – Estado do Paraná.

Art.2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo declarar a utilidade pública da Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat, no Município de Londrina – Estado do Paraná, pois a referida organização presta serviços de grandiosa valia para a comunidade local, aos pais de alunos, aos professores e funcionários do referido Colégio.

Entretanto, a atuação da associação desdobra-se em outras áreas como o incentivo à prática esportiva, como o atletismo, voleibol e handebol, além da iniciação a música, sendo tais atividades uma maneira de aproximar ainda mais a comunidade do Colégio, como uma extensão da sala de aula.

Assim sendo, peço o apoio dos Pares desta Casa de Leis na aprovação do Projeto em tela, pois é reconhecido e importante o trabalho desenvolvido pela Associação.

[Assinatura]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 510/2011

Projeto de Lei nº. 510/2011

Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat**, com sede e foro no Município de Londrina - Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Marcelino Champagnat**, com sede e foro no Município de Londrina - Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



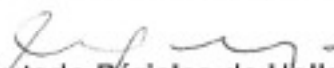
PROJETO DE LEI Nº 518/11

SÚMULA: Declara de utilidade pública o Centro Cultural Humaita – Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira.

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública o Centro Cultural Humaita – Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2011.


Deputado Péricles de Holleben Mello.




JUSTIFICATIVA

A Entidade em questão, no presente Projeto de Lei, desenvolve, com maestria, projetos relacionados à valorização da cultura afro, promovendo diversas atividades culturais como o samba, culinária e poesia. Isto é, esta entidade contribui para o resgate histórico e valorização da cultura negra.

Vale destacar que a Cultura é uma das atividades que o Constituinte originário elegeu como essencial à população, devendo o Estado prestá-la e valorizá-la, nos casos em que as atividades culturais sejam oriundas da Sociedade Civil. Uma das formas de valorizar estas atividades advindas da Sociedade Civil é conceder o título de utilidade pública às sociedades sem fins lucrativos e não exerçam qualquer atividade econômica, tal como a Entidade deste Projeto de Lei.

Nesse sentido, considerando todos os documentos apresentados com este projeto, a concessão do título de utilidade pública à Humaita é imprescindível.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2011.


Deputado Péricles de Holleben Mello.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 518/2011

Projeto de Lei nº. 518/2011

Autor: Deputado Estadual Péricles de Holleben Mello

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Centro Cultural Humaitá – Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira.**

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Holleben Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Centro Cultural Humaitá – Centro de Estudo e Pesquisa da Arte e Cultura Afro-Brasileira**, com sede e foro no Município de Curitiba – PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



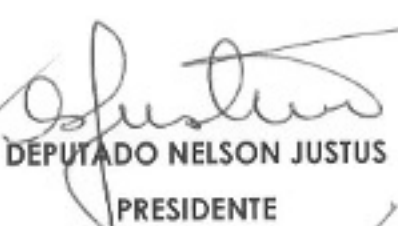
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR